

EMBATES DISCURSIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: EM PAUTA, O PCN ORIENTAÇÃO SEXUAL E O “KIT GAY”

DISCOURSIVE CLASHES OF INFANT SEXUALITY IN BRAZILIAN SCHOOLS: IN MATTER, PCN OF SEXUAL ORIENTATION AND “KIT GAY”

Regina Baracuhy 1
Louise Medeiros Pereira 2

Resumo: Este artigo trata de um tema ainda considerado “tabu” em nossa sociedade, especialmente em âmbito escolar, que é a sexualidade infantil. Embora com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Temas Transversais, a partir da década de 90, a sexualidade tenha se tornado obrigatória para a educação nacional, esta temática continua sofrendo interdições e provocando polêmicas ao ser discursivizada. Objetivamos, pois, discutir as relações de poder/saber que constituem os embates discursivos sobre a sexualidade infantil nas escolas brasileiras, para evidenciar os silenciamentos e as resistências que os envolvem, com foco na análise de documentos oficiais e do projeto Escola sem Homofobia, que ficou conhecido como Kit Gay. Utilizaremos o aporte teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, campo do saber que nos permite problematizar a história do presente, a partir de uma arqueogenealogia dos discursos. Como resultados, os discursos sobre a sexualidade infantil instauram mecanismos de controle que visam produzir corpos educados, vigilantes, disciplinados por instituições, leis e documentos oficiais como os PCNs, que operam como instrumentos de governamentalidade, uma vez que regulam a conduta da criança e do jovem no campo da sexualidade nas escolas. No entanto, sempre é possível resistir aos dispositivos de poder/saber, a partir dos quais nos subjetivamos.

Palavras-Chave: Discurso, Foucault. Sexualidade Infantil. Educação.

Abstract: This article is about a theme most people consider taboo in our society, especially in a pedagogical scope, which is infant sexuality. Although with the implantation of “National Curricular Transversal Themes” started in the 90’s and has made sexuality a mandatory theme for national education, it continues to be interdict and provokes controversy when it’s discursivized. The goal is to discuss power/ knowledge relations that compose discursive clashes about infant sexuality in brazilian schools, to point the silencing and resistance that involves them, focusing on the analysis of official documents and the project “School without Homophobia”, which was popularly known as “Kit Gay”. For that purpose, we’ll use the thesis of Foucaultian Discursive Studies, field of knowledge which allows us to investigate the history of the presente from an arqueogenealogy of discourses. As a result, discourses about infant sexuality installed control mechanisms that aims to achieve educated bodies, vigilant, disciplined by institutions, laws and official documents such as PCNs, that operate as governmentality instruments, once they regulated the sexual conduct of children and young people at school. However, it’s always possible to resist power/knowledge devices from which we subjectify.

Keywords: Discourse. Foucault. Infantile sexuality. Education

Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba – UFPB | 1
e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística –
PROLING. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2867-6806> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8282967979790845> E-mail: mrbaracuhy@hotmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística – 2
PROLING da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0484415262575476> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1811-9208>
E-mail: louise_mp@hotmail.com

“Preliminares” ou Primeiras Considerações sobre a colocação do sexo em discurso

O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, que a verdade do sexo tenha se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade (Michel Foucault, 2015, p. 63)

A sexualidade, como descreve Michel Foucault (2012a, p.9), é uma das regiões “onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam”, lugar, enfim, que revela a ligação entre o desejo e o poder, uma vez que se constitui em um jogo no qual três tipos de interdições se cruzam, se reforçam ou se compensam: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado do sujeito que fala.

Ainda em relação à sexualidade, o filósofo opõe-se à ideia de que a injunção ao silêncio e à interdição, efeito de um puritanismo vitoriano, em conjunto com o aparato de produção capitalista, seriam responsáveis pela implantação de uma intensa repressão sexual, na qual o sexo se reduz a uma função reprodutora e o casal procriador passa a ser o modelo, aquele que dita a lei, detém a verdade e é possuidor do direito de falar ou de se calar. Esta hipótese, no entanto, não pode ser tomada como uma verdade absoluta. Segundo Foucault (2015), a sociedade capitalista não obrigou o sexo a calar-se ou a esconder-se, ao contrário, com o nascimento das Ciências Humanas e, sobretudo, da Psicanálise, o sexo foi incitado a se confessar, a se manifestar.

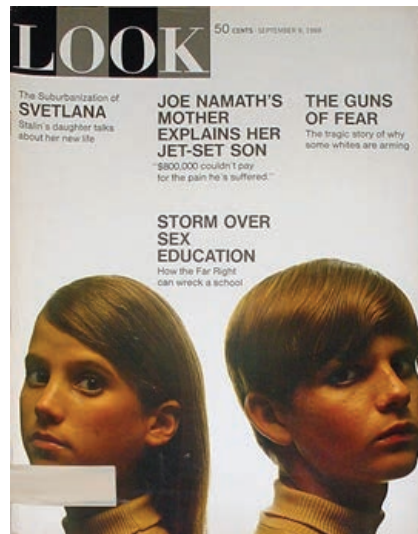
Para Foucault, esta hipótese repressiva da sexualidade seria um efeito do funcionamento do “dispositivo” de que ela faz parte. Pensando as sociedades modernas, a partir do século XVII, o filósofo indagou: “*Por que se falou da sexualidade, e o que disse? Quais os efeitos de poder induzidos pelo que se dizia? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se formava a partir daí?*” (FOUCAULT, 2015, p. 16). Tais questionamentos sustentam o pensamento de que o discurso sobre a sexualidade humana funciona através de um regime de poder-saber-prazer que inclui silenciamento, proibições, recusas, censuras, mas, por outro lado, incita a produção discursiva do sexo.

Em outros termos, os questionamentos feitos pelo autor sinalizam a importância de se levar em consideração “a colocação do sexo em discurso”. Isto implica a necessidade de não adotar a *hipótese repressiva* como elemento fundamental através do qual se pode escrever a história do sexo, a partir da Idade Moderna, mas tomá-la como uma função técnica de poder em uma vontade de saber.

É interessante registrar que a educação sexual é um tema polêmico, não somente no Brasil, e remonta a debates bastante antigos. Nos Estados Unidos, por exemplo, essa questão tem uma longa e conflituosa história. Em 1940, conquistou o apoio do Serviço de Saúde Pública, ganhando força nos anos 80 durante os primeiros anos da epidemia de AIDS, mas gerando constante oposição de grupos conservadores, notadamente, da Direita religiosa.

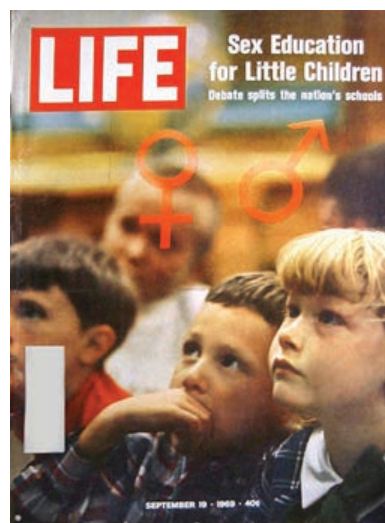
Observemos as capas de duas revistas americanas, ambas publicadas em 1969.

Figura 1: Capa da revista *Look*, 1969



Fonte: Revista *Look*

Figura 2: Capa da revista *Life*, 1969



Fonte: Revista *Life*

Os dizeres das manchetes principais “**Storm over sex education – how the far right can wreck a school**” e “**Sex Education for Little Children – Debate splits the nation’s school**” materializam os jogos de verdade e as relações de poder que perpassam a produção de discursos acerca da sexualidade, notadamente, da educação sexual.

Objetivamos, neste artigo, discutir as relações de poder/saber que constituem os embates discursivos sobre a sexualidade infantil nas escolas brasileiras, para evidenciar os silenciamentos e as resistências que envolvem essa temática. Utilizaremos o aporte teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, campo do saber que nos permite problematizar a história do presente, a partir de uma arqueogenealogia dos discursos.

Notas sobre a Educação Sexual no Brasil

O Brasil é um país altamente envolvido pelo tema da sexualidade, discursivizado em filmes e novelas nacionais, em fotos que estampam as capas de revistas, em propagandas televisivas, bem como nas redes sociais, através de memes, piadas, charges, que circulam em

grupos do *Instagram*, *WhatsApp*, *Facebook*, etc. No entanto, apenas recentemente a sexualidade infantil é apontada como questão pública fundamental, invadindo incisivamente o jogo político, por exemplo. Nos espaços institucionais, salvo raras exceções, as crianças continuam convivendo com o silêncio de assuntos tabus ao tempo em que o aborto, por exemplo, ainda é profundamente condenado e penalizado em nossa sociedade.

Foi por volta dos anos vinte e trinta do século XX, que apareceram as primeiras preocupações explícitas de médicos, intelectuais e professores em relação à educação do sexo de crianças e jovens no Brasil, cujos objetivos eram: a) estancar o que se considerava a produção maciça de degenerados (físicos e morais), através da intervenção desde a tenra infância e b) constituir indivíduos assujeitados às exigências sociais, isto é, os médicos brasileiros buscavam investir na criança para que ela se tornasse um adulto livre de graves taras hereditárias e bem ajustada às regras sociais. (OLIVEIRA, 2011, p. 9).

Cristiane Oliveira constata, então, que na década de 1930, havia duas forças no campo político-discursivo: a que enfatizava as degenerações como produto da hereditariedade e uma outra que deslocava a discussão para o campo da educação. Ambas acarretavam duas soluções para viabilizar o fortalecimento da nação: a eugeniização do Brasil, noção intrinsecamente vinculada à noção de degeneração; e a educação como um vetor fundamental para atenuar os problemas sociais brasileiros.

Nesse contexto, a Educação Sexual passa a ser foco de investimento intenso por meio da qual a Medicina encontra meios renovados de ampliar seu poder de intervenção social, uma vez que o sexo, que aparentemente representava o mais irrefreável e poderoso instinto, poderia ser educado, sobretudo o sexo da criança. Assim, a questão sexual é tratada como um perigo social a conjurar, o que servia para justificar uma limpeza social que pudesse eliminar figuras consideradas ameaçadoras para a sua normalização.

Em suma, as primeiras tentativas do século XX em defesa da educação sexual nas escolas brasileiras se dava por meio de pressupostos higienistas e eugênicos, como é o caso da ampla difusão do Boletim de Educação Sexual, fundado em 1933 pelo Círculo Brasileiro de Educação Sexual, cujo conteúdo dirigia-se fundamentalmente à família e à escola no sentido de serem eles os propagadores das prescrições normativas que deveriam educar o sexo das crianças e adolescentes. A educação era feita através de um terrorismo sexual, recurso muito presente no discurso higienista, que era encoberto pela afirmação aparentemente tranquilizadora do sexo como função biológica.

Para tanto, era necessário que os pais e a escola adotassem a Ciência sexual como guia, recobrando o campo do erotismo pela biologização da função sexual, a fim de transmitir às crianças, conselhos de que o sexo era fonte de doenças, do medo, do crime, e que, por outro lado, a conjuração dos perigos sexuais garantiria progressos à vida das futuras gerações. A masturbação, no século XX, após a fabricação do sexo das crianças, é recolocada no jogo discursivo da educação sexual, passando de um mal absoluto para a normalidade, mas que ainda assim inspirava certos cuidados, sobretudo, na puberdade.

O segundo momento que marca a articulação entre educação e sexualidade, no Brasil, descrito por César (2009, p. 40), compreende o período que se inicia pouco antes da Ditadura militar. A partir dos anos de 1960, os movimentos feministas, as lutas pela igualdade das minorias, pelos direitos civis, as lutas contra os regimes ditatoriais, produziram marcas no discurso sobre a sexualidade nas escolas. Nesta época, o Brasil vivia um clima de “renovação pedagógica”, as críticas sociológicas sobre os sistemas educacionais começavam a ser formuladas e aplicadas em escolas experimentais, fazendo o tema da educação sexual retornar de forma mais sistemática ao discurso pedagógico. Inclusive, em 1968, a deputada federal Júlia Steimbrück apresentou um projeto de lei propondo a introdução da educação sexual obrigatória nas escolas primárias e secundárias do país (WEREBE, 1998).

Conforme César (2009, p.39), embora as primeiras preocupações explícitas com a educação do sexo de crianças e jovens no Brasil tenham aparecido nos anos vinte e trinta do século XX, com destaque para o “interesse moral e higiênico do indivíduo” e o “interesse da raça”, foi com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Temas Transversais, documento oficial criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da década de 1990,

que o tema da sexualidade voltou à tona, tornando-se obrigatório para a educação nacional. A partir daí, é instaurado um interessante debate, à medida que incita a tematizar algo, em âmbito escolar, que desde sempre sofre interdições em todas as áreas de convivência humana, principalmente em se tratando de conversas e orientação para com crianças e adolescentes. Então, com o advento deste documento, constituído por uma voz autorizada, as questões de sexualidade passaram a circular nos discursos e nas práticas educacionais brasileiros de forma um pouco mais efetiva, mas não menos conflituosa e opaca.¹

Por outro lado, em 2014, durante a tramitação no Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina as diretrizes e metas da educação para os próximos dez anos, as questões de “gênero” e “sexualidade” foram retiradas do texto do Projeto de Lei nº 8.035/2010 (BRASIL, 2010), depois de quatro anos de debates e resistências na sociedade brasileira, que contribuíram para um considerável atraso na aprovação do PNE.

Estes acontecimentos nos levam a afirmar que a sexualidade é, sem dúvida, um tema inquietante, objeto de disputa política no interior da sociedade brasileira. Trata-se de uma questão que oscila, há alguns anos, entre propostas explícitas de abordagem na escola, como sugere o PCN- Orientação sexual, e seu silenciamento e negação, como é o caso da retirada dos temas no texto do PNE, bem como a suspensão do material “**Escola sem Homofobia**” (conhecido pejorativamente como Kit Gay), que foi elaborado em 2011, com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBT (composta por travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos), mas nunca chegou a ser aprovado ou distribuído em escolas.

Todavia, mesmo com a tentativa de controle da sexualidade no âmbito escolar, desde o início do século XX, o discurso sobre a sexualidade e não o seu silêncio constituiu-se um fator importante no discurso educacional brasileiro, isto é, a educação do sexo encontrou seu lugar privilegiado na escola desde muito cedo (CÉSAR, 2009). Além disso, a sociedade, cada vez mais, tem sido instada a se posicionar frente a estas questões e às transformações das práticas sexuais contemporâneas.

A campanha política presidencial de 2018 é prova de que a sexualidade invadiu o campo político, ocupando papel crucial neste jogo. Segundo a ferramenta de pesquisa do Google, o *Trends*, a quantidade de buscas na internet sobre o termo “kit gay” em setembro de 2018 foi a maior já registrada, superando até quando o assunto eclodiu pela primeira vez em 2011. Entre os assuntos mais relacionados a essa busca estão “escola” e os dois candidatos à presidência da república (2018): “Jair Bolsonaro” e “Fernando Haddad”.²

Após esse breve histórico sobre educação e sexualidade, para mostrar um pouco da pedagogização do sexo e sua relação com a política, é mister tecermos algumas considerações acerca da “caixa de ferramentas teóricas” que subsidia as nossas análises.

Sobre o campo teórico-metodológico em que nos situamos: a arqueogenealogia foucaultiana

Este artigo está atravessado por alguns conceitos que, mais que meros recursos teóricos, operam como instrumentos metodológicos, circunscritos em uma “caixa de ferramentas”, tal como preconizada por Foucault. Ela é uma metáfora utilizada pelo autor que remete à metodologia utilizada como uma maneira de ressaltar seu caráter instrumental e político, destacando sua dimensão operativa, estratégica no que tange à mobilidade no emprego de diferentes técnicas conforme cada situação ou problema enfrentado nas pesquisas.

Em uma entrevista intitulada “Diálogos sobre o poder” (FOUCAULT, 2012b, p. 247), con-

1 César (2009) descreve três momentos em relação à produção discursiva e as práticas pedagógicas da educação sexual no Brasil. As primeiras tentativas do século XX se deu por meio de pressupostos higienistas e eugênicos. Um segundo momento, no início dos anos 1960, antes da ditadura militar, a educação sexual esteve ligada às “novidades pedagógicas” e curriculares do período. Depois de as experiências específicas de educação sexual serem reprimidas pela ditadura militar, o tema voltou à tona, em 1990, com o advento dos PCNs.

2 Dados obtidos no site da Revista Exame. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/a-eleicao-do-kit-gay/>. Acesso em: 15/02/2019.

cedida a estudantes de Los Angeles, quando indagado se a expressão “arqueologia do saber” faz referência a uma metodologia/ um novo método ou se é simplesmente uma metáfora, ele explica que, etimologicamente, a palavra remete tanto a “começo” como a “arquivo”. O termo abrange o tipo de pesquisa que se dedica a extrair os acontecimentos discursivos registrados em um arquivo. Além disso, este tipo de análise permite reconstruir um campo histórico em sua totalidade, em todas as suas dimensões políticas, econômicas, sexuais. O intuito, segundo o autor, não é fazer um trabalho de historiador, mas diagnosticar os embates discursivos que caracterizam o que somos hoje na história do presente, a fim de apontar possibilidades para recusarmos o que nos tornamos, a partir de uma história crítica de processos de subjetivação, em que o sujeito é pensado como fabricação dos jogos de verdade que constituem um dado momento histórico. Segundo Gregolin (2004, p. 15):

Foucault nos convida a olhar para aquilo que é dito, mostrando que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas, de que os locutores não estão conscientes. Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra que elas nos enganam, que nos fazem acreditar na existência das coisas, enquanto essas coisas não passam de correlatos de práticas correspondentes: o que é feito (o objeto), se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história (Veyne, 1998: p. 257). [...]. Assim, na medida em que os discursos classificam, ordenam, distribuem o acontecimento e o acaso em seu próprio tecido, podemos pensar, com Foucault, que a produção dos sentidos é uma luta discursiva travada na trama tênue do tecido histórico de uma sociedade. (GREGOLIN, 2004, p. 15)

A arqueologia considera os discursos enquanto práticas que obedecem a regras. Sendo assim, retira o discurso da condição de documento, como elemento passível de ser analisado em sua transparência, passando a entendê-lo como *monumento*, cuja opacidade é preciso atravessar.

A arqueologia não procura descrever as continuidades nem reconstituir os desenvolvimentos na forma linear da história. Procura, ao contrário, definir os discursos em sua especificidade. Também não se interessa pela instância do sujeito criador enquanto razão de ser de uma obra e princípio de sua unidade. Ademais, a arqueologia não pretende repetir o que foi dito, reconstituir o que foi pensado pelos homens no momento em que eles proferiram o discurso. Foucault afirma que não interessa à análise arqueológica descobrir o segredo da origem, mas descrever sistematicamente as práticas discursivas, visto que são elas que instituem os objetos.

Nesse sentido, o discurso, para Foucault (2014a, p. 66), não é a manifestação de fala de um sujeito consciente, que pensa e que conhece o que diz. É, ao contrário, “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”.

O filósofo afirma que é preciso tratar o discurso no jogo de sua instância; acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos justamente porque é essa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares. Deste modo, a descrição de um acontecimento discursivo coloca uma questão muito cara à análise arqueológica: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2014a, p. 33). Busca-se, com a análise do campo discursivo, compreender o enunciado na singularidade de sua situação, determinando as condições do seu aparecimento, estabelecendo correlações com outros enunciados e fazendo aparecer outras formas de enunciação que um dado enunciado exclui.

Entendemos que todo enunciado possui uma materialidade, uma vez que é institucionalmente apoiado, vem datado e está localizado em meio a outras práticas não discursivas, e por isso, a ordem do saber em que ele se insere, nunca é indiferente ou neutra. Faz parte de um trabalho arqueológico escavar as práticas discursivas, o que foi permitido dizer em deter-

minada época, que objetos acolheu, quais indivíduos puderam ocupar a posição de sujeito nos enunciados que constituem tais práticas, não para interpretar o que foi dito e chegar à ilusão da palavra final, mas para mostrar que não é qualquer um que tem o direito de falar, que nem tudo pode ser dito, nem de qualquer instância. (ARAÚJO, 2008, p.106) Desta forma, a voz que fala nos Parâmetros Curriculares Nacionais não pode ser a mesma que discute sobre o “Kit-Gay” na Revista Nova Escola.

No entanto, os conceitos formulados na fase genealógica também são de grande importância, visto que a partir deles é possível analisar os mecanismos de poder/saber e a maneira como eles engendraram as práticas sociais em nossa sociedade.

Foucault (2012b) ressalta a necessidade de se pensar o poder fora do campo do Estado e, mais especificamente, da soberania e de suas instituições, tornando-se cada vez mais inviável pensar num poder centralizador, ou numa unidade central e totalizadora, conforme Marx apregoava. Segundo o pesquisador, que elabora uma “análise do poder”, a análise tradicional dos aparelhos de Estado não esgota o campo de exercício e de funcionamento do poder, visto que “onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular” (FOUCAULT, 2013, p. 138). Ou seja, nas relações cotidianas, nas relações entre os sexos, nas famílias, nas escolas, entre os doentes e os médicos, entre um professor e um aluno, em tudo isso há inflação de poder que não tem origem única no Estado e em sua burocratização. Para Foucault (2015, p.101):

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...] Não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 2015, p. 101)

Por ser microfísico, não homogêneo, o poder não deve ser concebido como uma propriedade, não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas, de disposições, de manobras, de táticas, de técnicas, etc. Sendo assim, o filósofo em pauta não entende o poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro.

O poder não está centralizado no Estado, ele não é a fonte, mas um efeito ou resultante de uma microfísica. “Ele [o poder] sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 2013, p. 138). Dessa forma, ele não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos e de forma dispersa.

Segundo Foucault, o poder não tem essência. Ele é um conjunto aberto de operações, logo, é operatório. Ele não age por ideologia mesmo quando ele concerne nossas almas, nem por violência, mesmo quando pune. “Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade”. (FOUCAULT, 2014b, p. 189). O seu objetivo, portanto, não é impedir o homem de exercer suas atividades, mas gerir a sua vida, controlar as suas ações para que seja possível e viável aproveitar suas potencialidades ao máximo.

Ao tratar da questão do poder em **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**, Foucault identifica, inicialmente, como os filósofos clássicos buscavam justificar o poder a partir da soberania, pois, durante muito tempo, o soberano fazia valer seu poder detendo o direito de “deixar viver” ou “fazer morrer”. A teoria jurídico-política da soberania referia-se a um mecanismo de poder efetivo, o da monarquia feudal e recobria a totalidade do corpo social; servia de instrumento e de justificativa para a constituição das grandes monarquias administrativas; em suma, foi o grande instrumento da luta política e teórica em relação aos sistemas de poder dos séculos XVI e XVII. “O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se

apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2015, p. 146)

No entanto, a partir da época clássica, houve uma transformação desses mecanismos de poder no Ocidente. A sociedade burguesa inventou procedimentos específicos, instrumentos totalmente novos e aparelhos bastante diferentes dos que eram utilizados nas relações de soberania. Agora, apareceu “[...] um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos” (FOUCAULT, 2015, p. 147).

Para o autor, é preciso, então, nos libertarmos da imagem do “poder-lei”, do “poder-soberania” (representação jurídica e negativa do poder localizado num ponto central de onde partiriam formas derivadas e descendentes) e assumir outra teoria do poder, avançar cada vez mais à concepção de poder como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o poder onipresente, que se produz a cada instante; o poder relacional.

Enquanto a teoria da soberania estava vinculada a uma forma explícita de poder que se exercia muito mais sobre a terra e seus produtos, que necessitava da existência física de um soberano e se exercia como mecanismo de subtração de riquezas, produtos, bens, serviços, trabalho; esse novo tipo de poder, denominado “poder disciplinar” (FOUCAULT, 2013, p. 291), se exerce através da vigilância contínua, sutil, sobre os corpos e seus atos, devendo propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina. É um poder que se exerce positivamente sobre a vida, “[...] que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 2015, p. 147)

Ao contrário de uma relação de violência, que age sobre um corpo, sobre as coisas, de modo que encerra todas as possibilidades de o sujeito resistir; uma relação de poder, tendo caráter fundamentalmente estratégico, não age diretamente sobre o outro, mas sobre sua própria ação, o que possibilita todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. Assim como o poder, a resistência é produtiva, inventiva, móvel e se distribui estrategicamente nas relações cotidianas, exercendo-se em níveis variados e em pontos diferentes da rede social.

Conforme Foucault (1995, p. 234), as resistências funcionam como “catalisadores químicos”, podendo, através do antagonismo das estratégias, localizar as relações de poder, saber onde estas se inscrevem e quais métodos utilizam. Para exemplificar, o autor explica que para descobrir o que significa sanidade, é necessário investigar o que ocorre no campo da insanidade, e o que se entende por legalidade, no campo da ilegalidade. Desse modo, para compreender o que são as relações de poder é imperativo investigar as formas de resistência.

Nesse sentido, Foucault (1995) apresenta a liberdade como elemento estratégico para a própria existência das relações de poder, descrevendo-a como um componente fundamental para seu exercício, visto que “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto “livres” - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Como em um intrincado jogo,

Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente. (Foucault, 1995, p. 244)

Além disso, o autor afirma que o poder é da ordem do governo. Seu exercício consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade, dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros, buscando a sua aceitação. Trata-se, segundo Foucault (2013, p. 418), de “[...] dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas.

PCN Orientação Sexual: um instrumento de governamentalidade

Na obra de Foucault, o termo “controle” designa os mecanismos de vigilância entre os séculos XVIII e XIX, cuja função essencial, além de punir o desvio, era corrigi-lo e preveni-lo daquilo que os sujeitos estivessem na iminência de fazer, isto é, um mecanismo de aplicação do poder disciplinar. Estando o sujeito imerso em sistemas autoritários, aos quais está inevitavelmente ligado, tais como a escola e a igreja, o controle social do corpo (individual e coletivo) é exercido durante todo o percurso de sua vida de modo menos severo e/ou mais refinado, sem ser, contudo, menos aterrorizador do que nas sociedades penais precedentes (FOUCAULT, 2012, p. 300). Nestas, o controle era feito por meio do suplício e da correção, muitas vezes em praça pública.

De acordo com Revel (2005, p.29), a partir dos anos 80, Foucault deixa subentender que o controle social vai além de um mecanismo de aplicação do poder disciplinar, uma vez que corresponde a uma penetração extremamente fina do poder nas malhas da vida por meio do esquadramento dos corpos e da gestão da conduta populacional.

Michel Foucault (2013, p. 424) afirma que, durante o século XVI e até o século XVIII, a arte de governar centrava-se na teoria de uma soberania e era apoiada no modelo familiar, no entanto, com a expansão demográfica no século XVII, a economia política não pôde ser limitada ao velho modelo da família. Segundo o autor, é a população que vai ganhar destaque, visto que ela apresenta uma regularidade própria (número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes), com características peculiares e fenômenos que são irredutíveis aos da família.

Através do controle populacional, é possível quantificar as epidemias, a mortalidade endêmica, a riqueza, etc. Desse modo, o objetivo final do governo passa a ser a população. Contudo, não se trata de fazer viver de qualquer maneira, mas promover um estilo de vida bom, saudável. Para tanto, é necessário que as tecnologias políticas invistam sobre o corpo, a saúde, a alimentação, as maneiras de morar, as condições de vida e todo o espaço da existência, incluindo a sexualidade. Segundo Foucault (2015, p. 158), “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações”.

Se antes, na sociedade disciplinar³, a vigilância era construída mediante uma rede de dispositivos reguladores de hábitos, costumes, práticas produtivas, por meio de instituições disciplinares centralizadoras e estratégias centradas no corpo; no modelo atual da sociedade contemporânea, o sujeito passa a ser controlado por outros sistemas, nos quais se incluem tecnologias de comunicação muito mais sutis e eficazes, a ponto de permear inteiramente, não apenas o corpo, mas a consciência dos indivíduos, manipulando-os na totalidade de suas atividades.

Neste modelo de sociedade, designada como sociedade de controle (DELEUZE, 1992), o poder é exercido através de máquinas, que organizam diretamente o cérebro e os corpos dos sujeitos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas, etc.) e também por meio das relações sociais, com o objetivo de um estado de alienação, independentemente do sentido da vida e do desejo de criatividade (HARDT e NEGRI, 2001, p. 42).

Sendo assim, o Estado emerge com técnicas e táticas que vão agir sobre a população, de modo sutil e argucioso, por meio de formas mais descentralizadas e difusas (mas não necessariamente democratizadas) de poder, exercidas pelo conjunto constituído pelas instituições

³ O conceito de “sociedade disciplinar” foi delineado por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2014b) no escopo de seu projeto de analisar as relações e estratégias de poder-saber engendradas pela modernidade, nesta, Foucault se livra do que ele chama “os universais” e procede a uma análise dos poderes em um nível, pode se dizer, capilar. Já a expressão “sociedade de controle” foi articulada por Gilles Deleuze; seguindo Foucault, este procura dar conta de uma nova realidade em que as instituições e estratégias engendradas pelo poder disciplinar pareciam não dar mais conta.

como também pelos próprios sujeitos, neste caso, sem ter consciência de que seu modo de pensar, de agir, enfim, de viver, é atravessado por relações de poder cuja extensão abrange até os mínimos espaços, tanto físicos quanto psicológicos. A esta forma de gerir a população em profundidade, em fineza, e no detalhe, aliada à instrumentação do saber econômico, Foucault (2012b, p. 295) chama de governamentalidade.

Foucault (2015, p. 150) esclarece que esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII em duas formas que não se excluem, constituindo dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe de relações. Um dos polos centrados no corpo-máquina, no seu adestramento, na ampliação e suas aptidões, na sua utilidade e docilidade; o segundo polo, que se formou por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no nível de sua saúde, longevidade, nos processos biológicos. Assim, o poder sobre a vida se organiza em torno desses dois polos: das disciplinas do corpo e das regulações da população, encarando os processos da vida.

Em suma, de acordo com Foucault (2015, p. 151), isso configura uma biopolítica da população, visto que esta passa por uma série de intervenções reguladoras no âmbito de uma gestão calculista da vida, na forma de agenciamentos concretos que visam ao investimento sobre o corpo útil, saudável, produtivo, além disso, faz com que a vida entre no domínio dos cálculos explícitos, objetivando, não somente a sujeição dos corpos, mas, sobretudo seu controle preciso, a gestão da vida, sua majoração, sua multiplicação.

Neste âmbito, o sexo aparece como alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, fazendo parte tanto das disciplinas do corpo quanto da regulação das populações. Sobre o sexo Foucault afirma:

Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas também dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam a todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. (FOUCAULT, 2015, p. 157-157)

Interessa ao Estado, à escola, emergir com técnicas e táticas que vão agir sobre a população. Por isso, a sexualidade é permanentemente suscitada.

O tema da sexualidade nas escolas foi instalado como uma estratégia de governamentalidade, uma vez que a conduta sexual da população está atrelada à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, isto é, diz respeito à saúde pública, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e ao desenvolvimento de uma sociedade.

Governar a sexualidade das crianças auxilia o Estado a conduzi-las para determinados lugares, para determinadas posições numa sociedade, para determinadas formas de vida, direcionando o seu modo de pensar e de agir. Dessa maneira, a sexualidade é vista, predominantemente, em sua dimensão biológica, com finalidades biopolíticas.

O sujeito escolar que o Estado intenta produzir, a partir de estratégias de governamentalidade, é um sujeito saudável, preventivo, que cuida de seu corpo. Navarro (2013) afirma que se, por um lado, as disciplinas possibilitam que o corpo seja o mais útil possível, potencializando-o, por outro, também diminuem as suas forças, na medida em que o torna submisso e obediente. Nas palavras de Foucault (2014, p. 29): “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”, visto que o investimento político do corpo está ligado à sua utilização econômica.

De acordo com a perspectiva foucaultiana, o sujeito está totalmente inserido em uma complexa rede de poderes, que o atravessa e o constitui, portando-se ora submisso, ora resistente a ela. Com o intuito de mostrar o funcionamento das relações de poder/saber nas escolas brasileiras no tocante à educação sexual infantil, passemos para o tópico a seguir.

A Educação Sexual Infantil nas Escolas Brasileiras: em foco, o PCN Tema Transversal Orientação Sexual e o Kit Gay

O conteúdo de capa da Revista *Manchete*, de 1984, traz como destaque a sexualidade infantil e, nas páginas internas, afirma que “embora a sexualidade infantil natural não tenha mudado no correr do tempo, a criança de hoje vivencia costumes mais liberais, com reflexos inegáveis em seu desenvolvimento mental.”.

Figura 3: Capa da Revista *Manchete*, 1984



Fonte: Revista *Manchete*

A reportagem convida alguns especialistas para esclarecer um questionamento da época: **“O sexo está presente em toda a parte: na televisão, nas revistas, nas músicas, na publicidade, em toda a comunicação. Esse bombardeio diário da mídia estaria fazendo a cabeça das crianças ou não?”**

O que parece ser um ponto comum em todas as opiniões dos especialistas convidados pela revista é que a “sexualidade natural infantil⁴ é a mesma desde o início dos anos 90”, ou seja, oitenta anos antes da publicação. A diferença é que “o que ocorre hoje é um fenômeno cultural, onde há liberdade para a criança vivenciar toda sua sexualidade e sem culpa, ao contrário do que ocorria nas décadas passadas”. (Revista *Manchete*, 1984).

Embora tenhamos um esboço de uma Educação Sexual nas escolas desde a década de 20, é no final dos anos 80 e início dos anos 90 que podemos enxergar a fabricação de um dispositivo da educação sexual, no qual variados elementos se vincularam e se relacionaram para atingir determinado fim. Nesta época, a escola foi considerada um lugar privilegiado para a propagação de informações sobre o “sexo seguro”, as quais incluíam a prevenção contra AIDS e outras DSTs, gravidez na adolescência, informações sobre o uso de drogas, etc. Para os especialistas, a sexualidade infantil, então, começou a ser vista como um problema pedagógico importante.

Na segunda metade dos anos de 1990, no âmbito de um conjunto de reformas educacionais, o governo brasileiro produziu os Parâmetros Curriculares Nacionais como resposta e solução para grande parte dos problemas educacionais no Brasil. Houve também a inserção,

4 Como sabemos, para Foucault (2015), não existe sexualidade natural. A sexualidade é histórica.

na Constituição de 1988, de temas oriundos dos movimentos sociais, como as questões étnico-raciais, o meio-ambiente, a educação sexual e as questões de gênero, esquecidas desde os projetos dos anos 70 (CÉSAR, 2009, p. 42).

Inspirada pela reforma educacional espanhola, organizada pelo partido popular, ultra-conservador, no início dos anos 90, a educação brasileira absorveu a concepção dos temas transversais e instituiu a educação sexual como um dos temas a serem trabalhados nos PCNs. O fascículo sobre o Tema Transversal Orientação Sexual, publicado em 1997, consolidou definitivamente a escolarização de uma educação voltada para a sexualidade. Este foi o acontecimento que fez irromper o dispositivo da educação sexual.

Em 2004, o Governo Federal lançou o programa “**Brasil sem Homofobia**”, elaborado em articulação com o movimento social LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e outras forças sociais e políticas. Já em 2011, nasce um outro projeto, que recebeu o nome de “Escola sem homofobia”, de autoria do então Ministro da Educação Fernando Haddad. Este projeto, que provocou bastante polêmica entre religiosos e políticos mais conservadores no Congresso, era constituído de um kit com material pedagógico que seria entregue nas escolas e ficou pejorativamente conhecido como “Kit gay”⁵. Em 2011, em meio a polêmicas, esse material que estava pronto para ser impresso, teve sua circulação impedida devido a acusações de que o mesmo estimulava a homossexualidade e a promiscuidade, além de inculcar nos alunos uma “ideologia de gênero.”

Reis e Eggert (2017) retomam diversos documentos, leis, políticas públicas federais, que contêm metas e ações voltadas para o alcance de uma educação pública que promova a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual, apesar de ainda estarem longe de serem cumpridas. Alguns exemplos citados pelos autores são a Lei Maria da Penha, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, entre outros.

Neste artigo, os autores esclarecem que, em 2012, foram homologadas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que estas incluem diversas referências a gênero e à orientação sexual, evidenciando que a educação é considerada essencial para atingir a promoção da equidade entre os gêneros e para o respeito à diversidade sexual.

No entanto, um fato importante registrado por Reis e Eggert (2017, p. 14-15) nos chamou atenção. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceu a elaboração pela União de um plano decenal, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que estivesse em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990. Dessa forma, em cumprimento das disposições da LDB, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) foi elaborado e vigorou entre 2001 e 2010.

No final de 2010, foi aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada para o Senado a proposta do novo PNE, que contemplava as deliberações das Conferências Nacionais de Educação sobre equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual. No entanto, em 2014, neste contexto de tentativa de interdição da sexualidade, o Congresso Nacional retirou do texto do Plano Nacional de Educação – PNE as questões de “gênero” e de “sexualidade”. O artigo 2º estabeleceu que:

“São diretrizes do PNE [...] a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, **de gênero e de orientação sexual** e na erradicação de todas as formas de discriminação”. (BRASIL, 2012, Art. 2º, inciso III, *Grifo nosso*)⁶

Todavia, o PNE aprovado, em 2014, não faz nenhuma menção às duas últimas questões,

5 O material foi criado durante a gestão de Fernando Haddad no Ministério da Educação (2005-2012) e é composto por um Caderno intitulado Escola sem homofobia; uma série de seis boletins (Boleshs); três audiovisuais com seus respectivos guias; um cartaz e uma carta de apresentação. Disponibilizamos, em anexo, o sumário do Caderno, os 6 Boleshs e o cartaz de apresentação.

6 BRASIL. Projeto de Lei da Câmara nº 103, 2012, art. 2º, inciso III. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3981690&disposition=inline>>.

alterando-se o texto para

“São diretrizes do PNE [...] a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de **todas as formas de discriminação**” (BRASIL. Lei nº 13.005, 2014, art. 2º, inciso III, *Grifo nosso*).⁷

No berço da Câmara dos Deputados, esses debates e audiências em torno do PNE fizeram com que órgãos do Legislativo dos mais diversos municípios e estados do país elaborassem projetos de lei com o objetivo de impedir que professores discutissem sobre questões de gênero e de sexualidade nas escolas, sob o risco de penalidades (PEREIRA *et al*, 2018). Por outro lado, os mais progressistas consideraram que a retirada dos termos oferece abertura para a homofobia, o preconceito, a violência contra mulheres, dentre outras questões relacionadas ao amplo leque do gênero e da sexualidade.

Neste mesmo período, emerge outro acontecimento, o movimento **Escola Sem Partido**, que afirma representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas salas de aula brasileiras e que inspirou uma série de projetos de lei municipais, estaduais e federal, gerando polêmica. Os defensores do movimento, no próprio site, afirmam lutar “pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas” visto que “um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”⁸. Enquanto os opositores afirmam que esta é uma tentativa de silenciar, criminalizar os professores; instituir uma “lei da mordaça”, que ameaça a liberdade de expressão, limita direitos e valores protegidos constitucionalmente e atinge as liberdades democráticas.

Existem vários projetos de lei em tramitação nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional que seguem os moldes do anteprojeto elaborado pelo ‘Escola sem Partido’. No site, destacamos duas passagens do anteprojeto de lei federal e da minuta de justificação:

Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.

Justificação: É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – **especialmente moral sexual** – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (Grifo nosso)

Essas tentativas de interdição da sexualidade, que pudemos acompanhar ao longo dos anos e explicitamente no texto do PNE e dos anteprojetos de lei do Escola Sem Partido, corroboram com a afirmação de Foucault (2012a, p. 9) de que as regiões da sexualidade e as da política são lugares em que o discurso exerce, de modo privilegiado, seus mais temíveis poderes. Nas palavras do autor:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. [...] O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2012a, p. 9-10)

7 BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=584816&id=14372585&idBinario=15643219&mime=application/rtf>>.

8 Dados obtidos no site oficial do Movimento Escola sem partido: Disponível em: <http://escolasempartido.org/> objetivos. Acesso em 24/04/2019.

Nesse ponto de vista, o discurso da sexualidade é atingido por interdições visto que representa poderes e constitui perigos, supõe lutas, provoca inquietações, dominações. Parafraseando o questionamento de Foucault (2012, p. 8): mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem sobre sexualidade, sobre gênero na instituição escolar? O que há de tão perigoso no fato de os discursos da sexualidade proliferarem indefinidamente? “Onde, afinal está o perigo?”

A campanha presidencial de 2018 constitui, sem dúvida, um lugar discursivo privilegiado em torno do qual a sexualidade se apresentou como instrumento de poder, tendo papel crucial no jogo político, no qual a direita usou o “Kit gay”, como a cartilha ‘Escola sem homofobia’ ficou popularmente conhecida, para desqualificar a esquerda e o governo petista.

Segundo dados obtidos no site da revista *Exame*, buscas na internet por “kit gay” nas eleições 2018 bateram recorde de 2011, quando o assunto eclodiu. A notícia intitulada “A eleição do kit gay” revela alguns dados que merecem destaque. Dentre as publicações mais compartilhadas está o perfil oficial do então candidato a presidente Jair Bolsonaro. Sua publicação atacando o candidato petista, Fernando Haddad, no dia 10 de outubro de 2018, no *Facebook*, teve mais de 115 mil compartilhamentos. Nesta publicação, Bolsonaro reafirma que Haddad é o criador, o pai do “kit gay”. A segunda publicação com mais compartilhamentos em relação a este tema teve 35 mil compartilhamentos e foi feita pelo deputado federal pelo PT, Enio Verri. Neste caso, a postagem questiona as afirmações de Bolsonaro sobre o “kit” e traz uma entrevista de Haddad sobre o boato. A terceira, quarta e quinta publicações com mais compartilhamentos são todas favoráveis à versão de Bolsonaro, feitas por páginas como Brasil com Bolsonaro, Somos Todos Bolsonaro e Movimento Brasil Livre (MBL). Juntas, elas somam 77 mil compartilhamentos.

Além de publicações no *Facebook* e em outras redes sociais, o então candidato Jair Bolsonaro insistentemente atacava seu adversário, em discursos no plenário, entrevistas, debates, acusando-o de promover a promiscuidade, a doutrinação e a “sexualização precoce”. O seu discurso sempre a favor da “salvação da família” e contra a suposta ditadura dos governos petistas e seu “kit gay” favoreceu a adesão de lideranças religiosas e de pais conservadores.

Inclusive, seu slogan de campanha “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, que utiliza elementos do discurso religioso, reitera a defesa dos valores da família cristã, alimentando uma moral sexual, que se caracteriza pela repressão do corpo, pela condenação da homossexualidade, pela submissão da mulher ao patriarca, etc.

Essas polêmicas discursivas nos levam a concordar com Foucault quando este afirma que

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT 2012a, p. 46).

Embora muito do que tenha sido afirmado e publicado pelo candidato do PSL em relação ao “kit gay” tenha sido configurado como *fake news*, mesmo o material autêntico sendo desconhecido da maioria dos eleitores, muitos adquiriram medo, repúdio e ódio ao PT, visto que a “massa de coisas ditas” já havia sido espalhada pelo candidato do PSL e seus seguidores. A suposta verdade já havia tomado a forma do discurso. Nessa direção, grande parte da população brasileira não aceitou o “kit gay”, não pelo que o material representa em si, mas pela forma como foram reverberados os enunciados a respeito dele, pela “reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos”, para usar uma expressão foucaultiana explicitada na citação anterior.

Isto é, enquanto algumas afirmações falsas foram repetidamente ditas na campanha, foi-se produzindo efeitos de verdade no interior dos discursos e estas foram atravessadas por relações de poder, entendendo poder como algo que “[...] permeia, produz coisas, induz ao

prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2013, p. 45). Desta forma, o político Jair Bolsonaro ficou conhecido por causa do “kit gay”, inclusive, elegendo-se presidente da república.

Em suma, a produção de discursos acerca da sexualidade institui jogos de verdade e, conforme Foucault (2013, p. 54), “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. É isto que o autor chama de ‘regime’ da verdade.

Nas escolas brasileiras, falar da sexualidade representa perigo, ameaça à ordem, faz desestabilizar certezas.

Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras mais, segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso (FOUCAULT, 2012a, p. 47-48).

No que respeita à discursivização do sexo na escola, verificamos que à criança não é dado o direito de falar, de confessar-se, não porque a verdade do sexo seja difícil de dizer ou porque o funcionamento do sexo é obscuro, mas porque faz parte da natureza do discurso escolar, dar voz ao professor e segregar o discurso do aluno. Como o discurso do louco, o discurso do sujeito aluno não pode circular livremente, sua palavra não é institucionalmente legitimada e portanto, pode não ser acolhida. Assim, o professor se revela, não como aquele que ouve a confissão espontânea, mas como aquele que extorque a verdade do sexo do aluno através de “flagras”, de “indícios”, de observações e interpretações de seus gestos e comportamentos. Nesse sentido, Foucault (2015, p. 75) afirma:

aquele que escuta não será simplesmente o dono do perdão, o juiz que condena ou isenta: será o dono da verdade. [...] Seu poder em relação à confissão não consiste somente em exigí-la, antes da mesma ser feita, ou em decidir após ter sido proferida, porém em constituir, através dela e de sua decifração, um discurso de verdade. (FOUCAULT, 2015, p. 75)

A conclusão a que chegamos, a partir da análise de documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE), do PCN Orientação Sexual e dos anteprojetos de lei do Escola Sem Partido, é que ao olhar para a educação sexual, as práticas discursivas que a constituem, como não poderiam deixar de ser, são descontínuas, tendo pontos de cruzamento, mas também por vezes se ignoram e se excluem.

Algumas considerações finais

O que importa, em termos de análise para Foucault (2015, p. 16), não é tanto atentar para o que pode ser dito ou o que pode ser proibido, mas perceber quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, como são distribuídos, os que são autorizados ou não a falar, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz. Importa também saber, através de que discursos, o poder consegue regular as condutas mais tênues e mais individuais e como ele controla e perpassa a produção das subjetividades contemporâneas.

A sexualidade foi institucionalizada como saber escolar, através do PCN Orientação Sexual, em 1997, considerado como gerador de discursividades. A inserção desse tema-tabu em um documento oficial instruiu e constituiu determinados campos de saber, legitimando verdades e alicerçando práticas discursivas. A maneira como se governa a sexualidade em ambiente escolar está relacionado com o tipo de sociedade futura que se deseja ser gestada nas famílias, nos espaços sociais mais abertos e na própria escola.

Pelas lentes foucaultianas, é possível afirmar que os discursos sobre a sexualidade infantil instauram mecanismos de controle sobre os corpos do professor, do aluno e do responsável por ele, controle exercido não apenas dentro de um sistema de punições e proibições, mas, especialmente, por meio de mecanismos que produzem corpos educados, vigilantes, disciplinados por instituições, leis e documentos oficiais como os PCNs, que operam como instrumentos de governamentalidade, uma vez que regulam a conduta da criança e do jovem no campo da sexualidade nas escolas. No entanto, sempre é possível resistir aos dispositivos de poder/saber, a partir dos quais nos subjetivamos.

Finalmente, é necessário tratar o discurso sobre a sexualidade infantil no jogo de sua instância, uma vez que ele é produzido a partir de uma rede de acontecimentos que pressupõe jogos de poderes, engendrados por técnicas de vigilância e controle, produção de verdades e a construção de uma memória composta por silenciamentos e resistências.

Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara nº 103, 2012, art. 2º, inciso III. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3981690&disposition=inline>.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=584816&id=14372585&idBinario=15643219&mime=application/rtf>.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. "Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". In: **Revista Educar**, Curitiba: n. 35, p.37-51, 2009, p. 37-51.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 221-224.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249

_____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

_____. **Ditos e escritos. Estratégias, Poder-Saber**. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. v. 4.

_____. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. de Roberto Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad.: Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2015.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Produção Biopolítica. In: HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001. p. 41-60.

NAVARRO, Pedro. **Um corpo de saber-poder**: elementos de uma análise arquegenealógica de discursos. In: Redisco. Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, p. 78-87, 2013.

OLIVEIRA, Cristiane. A emergência histórica da sexualidade infantil no Brasil. In: **Revista Epos**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 2, dez. 2011, p. 01-22. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 out. 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. In: **Educ. Soc.**, vol.38, n.138, 2017, p. 09-26. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000100009&script=sci_abstract&lng=pt

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

Recebido em 7 de setembro de 2020.
Aprovado em 17 de novembro de 2020.